

**Ata Nº 02/2016**

Aos vinte seis dias do mês de Novembro, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão Municipal de Abrantes, reuniram, em segunda convocatória, a Assembleia Geral (AG) da Federação Portuguesa de Natação (FPN), com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

**Ordem de Trabalhos**

1 – Informações à Assembleia Geral

2 – Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2017

4 – Diversos

Presidiu aos trabalhos o Presidente da Mesa Alberto Mota Borges, coadjuvado pelo Vice-presidente Paulo Lima e pela Secretária Alexandra Jorge. -----

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respetivas presenças: -----

	<b>Nome</b>	<b>Presente</b>	<b>Ausente</b>
1	Alexandre do Carmo da Luz Fernandes		
2	Alexis Manaças Santos		
3	Ana Paula Santos Canas		
4	Aníbal Fernando Cabral Pires		
5	António Pedro Gaspar Damasceno		
6	António Pedro Pires		
7	Arseniy Lavrentyev		
8	Augusto Mota da Silva		
9	Avelino da Silva		
10	Carla Cristina Sebastião Mendes		
11	Carlos José Furtado Cruchinho		
12	Carlos José Oliveira Fernandes		
13	Edgar Pinto de Oliveira		
14	Elmano José Rosalino Almeida De Freitas		
15	Fernando António Moreira Da Costa Xavier		
16	Jan Gin Quon		
17	João Augusto Serra Alexandre		
18	João Carlos Pereira de Matos		
19	João Luis da Silva Loureiro		
20	João Paulo Pereira Fernandes		
21	João Paulo Soares Rodrigues		
22	José Alfredo M. de Carvalho Pinto da Nóbrega		

23	José Domingos Dias Vaz		
24	Luís Miguel Cameira de Sousa	█	
25	Luís Vaz		█
26	Manuel da Silva Pereira	█	
27	Maria Gabriel Barroca	█	
28	Maria Helena A. Antas de Barros C. do Carmo		█
29	Maria Isabel Lima Mendes Pinheiro		█
30	Mário António Rodrigues Correia Pereira	█	
31	Paulo Jorge Ribeiro Marques		█
32	Pedro André Carneiro Morais	█	
33	Pedro Filipe Andrade Faia	█	
34	Pedro Miguel Queiroz Meira Cruz		█
35	Pedro Mortágua Velho da Maia Soares	█	
36	Ricardo Pedro Moura Sousa		█
37	Rui Paulo Leitão Borges		█
38	Vitor Manuel Alves de Sousa		█
39	Vitor Manuel Dias Tomás		█
40	Vitor Manuel Rodrigues Mavioso	█	

Estiveram presentes no início dos trabalhos 24 delegados. Como o Delegado João Paulo Fernandes deixou os trabalhos antes da primeira votação, estiveram em uso apenas 23 votos. -

Entrando na Ordem de Trabalhos e em conformidade com o Ponto Um o Presidente da Mesa lembrou a metodologia da marcação das Assembleias, de acordo com o regulamentado. Entrando na Ordem de Trabalhos e em conformidade com o Ponto Um da mesma, o Presidente da Mesa questionou a Assembleia sobre inscrições para o mesmo. Não houve qualquer inscrição para este ponto.-----

Seguindo-se o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da FPN (Federação Portuguesa de Natação). -----

O Presidente da FPN procedeu às boas vindas aos delegados e aos novos órgãos sociais, avançando com informações gerais sobre as diferentes modalidades da FPN e apresentação detalhada do Plano e Orçamento para 2017, de acordo com a documentação anteriormente enviada a todos os Delegados.-----

O Presidente da AG deu início ao período de discussão sobre a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2017. Focou o facto do Parecer do Conselho Fiscal já ter sido distribuído por todos os delegados, sendo dispensada a sua leitura. Inscreveram-se vários delegados: -----

Em seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra aos delegados inscritos para o efeito: -----

O Delegado Fernando Xavier, felicitou os novos órgãos da mesa da AG e questionou sobre o orçamento, nomeadamente no "Portugal a Nadar" em que pediu para ser esclarecido o facto de nas receitas dos seguros desportivos, surgirem 180 mil euros e nas despesas 65 mil euros e pediu para esclarecerem esta disparidade.-----

O Presidente da FPN esclareceu e o Delegado Fernando Xavier, ficou esclarecido (são 60 mil € x 3 € por utente).-----

O Delegado Carlos Fernandes, questionou quem faz a certificação energética do "Portugal a Nadar", qual a entidade que certifica as Escolas no "Portugal a Nadar" e por último questionou

porque é que as Associações comparativamente de 2012 para 2017, tiveram um decréscimo de 26% orçamentado no financiamento.-----

O Presidente da FPN esclareceu que quem faz a certificação energética do “Portugal a Nadar” é a Sotécnica, que faz a análise quando solicitada à piscina e requisitos para a certificação. Inclusivamente, informou que estão abertas as candidaturas às medidas de implementação com a ajuda da FPN e da Sotécnica. Quanto à entidade que certifica as escolas, o Presidente da FPN respondeu que a FPN juntamente com a APTN, na pessoa do Sr. João Mortágua Soares, certifica as escolas, sempre com a chancela da FPN.-----

O Delegado Carlos Fernandes interpelou o Presidente da FPN ao perguntar o porquê a Sotécnica, se houve algum concurso público.-----

O Presidente respondeu que existe um acordo, apesar da FPN ser uma entidade privada de utilidade pública, pode legalmente efetuar este tipo de escolhas, ao abrigo dos normativos em vigor. A Sotécnica é a empresa que a FPN escolheu para desempenhar esta função pelo perfil que tem e pelo profissionalismo que revela. Quanto à terceira questão colocada pelo Delegado Carlos Fernandes, o Presidente da FPN reconheceu que gostaria de apoiar mais as Associações, mas a FPN desde 2013 perdeu um orçamento atual, teve uma redução de 770 mil euros por ano e apesar dessa perda, manteve-se sempre o apoio às associações. Desta forma, não concorda com o Delegado Carlos Fernandes, dizendo que não é verdade este decréscimo dos 26%. Em 2016, apesar do corte, manteve-se o apoio às associações.-----

O Presidente da FPN, remeteu para o estudo de Péricles Ortins, que concluiu que das três associações, apenas três, estavam no limite de precariedade superior ou inferior. São elas a ANIC, Associação do Nordeste e a Associação do Alentejo. Quer isto dizer, que estas três associações, no final do ano continuam dependentes dos subsídios da FPN, ao contrário das restantes. Perante esta resposta, o Delegado Carlos Fernandes, contrapôs o argumento dizendo que teve oportunidade de falar pessoalmente com o Péricles Ortins e diz que no entender do mesmo não é correto. Afirma que o orçamento que as Associações recebem são automaticamente devolvidos colocando em prática nas competições que lhes compete realizar, cumprindo assim a sua missão. As subvenções são gastas em prática na divulgação e organização das competições. Para este delegado, este estudo não espelha a realidade da dependência da subsidiariedade das Associações. O Presidente da FPN afirmou que aceita a análise do Delegado Carlos Fernandes e que não está ali para fazer juízos de valor. É apenas um estudo. A única conclusão que podemos tirar deste estudo, é que as três associações citadas atrás, não conseguem sobreviver apenas com o subsídio da FPN. Acredita é que é muito importante que as Associações se reúnam, neste início do ciclo olímpico.-----

O Delegado João Paulo Fernandes, deu as boas vindas aos órgãos da mesa da AG e de seguida, questionou sobre o escalão etário nas águas abertas. Os escalões nos femininos e masculinos diferem. O início dos femininos é diferente dos masculinos. Quem tem menos de 14 anos não permite a participação. E o que conta é o ano de nascimento. As águas abertas têm o aval da FPN. O Presidente da FPN reconheceu que desconhecia, tem 99% de certeza que quem define os escalões é a LEN e a FINA, mas tem 1% de incerteza. Ficou de saber e depois informar.-----

O Delegado Vítor Mavioso dispensou a parte do orçamento por achar não ter importância, e fez uma reflexão sobre o plano estratégico que vai operacionalizar o plano de atividades. Depois afirma que ficou confundido com o plano de ação e o plano estratégico, nomeadamente quando lhe são apresentados quatro vetores, doze objetivos operacionais (e às vezes treze), setenta e seis medidas e cento e cinquenta indicadores, afirmando que acha tudo isto um exagero. Não concorda com a definição do conceito de indicadores e metas, acredita que o que está escrito são apenas dados estatísticos. Afirmou que para analisar cabalmente o Plano de Atividades para 2017 (PA), haveria que considerar o Plano Estratégico (PE), pois uma gestão estratégica tem essa ligação em devida conta e, é aliás perfeitamente explicitada na página 11 do PE no esquema processo metodológico do plano estratégico. O PA é a operacionalização anual do PE.-----

O Presidente da AG interrompeu o Delegado Vítor Mavioso, no sentido de tudo aquilo que este estava a comunicar era uma reflexão pessoal, mas não estava implícita nenhuma questão.-----

O Presidente da FPN, sugeriu que respondesse a esta reflexão afirmando que os cento e cinquenta indicadores fizeram parte integrante do plano estratégico elaborado em 2014, foi um documento amplamente discutido e deu um bom resultado. Os principais eixos são os que advêm desse plano estratégico. Este plano, permitiu à FPN, e isto são indicadores fornecidos

não pela FPN, mas sim externos à FPN, a Secretaria de Estado de Desporto e Juventude, conseguiu passar de 13º lugar para 2º lugar enquanto utilidade desportiva, quanto aos indicadores quantitativos, e passou de 16º para 6º lugar, ao nível de rendimentos desportivos. É a única Federação que ao nível da inclusão/integração consegue abranger todas as classes com deficiência. Para o Presidente da FPN, não há nenhuma desadequação, há apenas um ajustamento de 2014 para 2016-2017. Isto para dizer que, os documentos são dinâmicos, não é estático. Através do conhecimento que o Presidente da FPN tem, pode conseguir prever o que lhe pode acontecer. No entanto, há coisas que tem de fazer, que é respeitar a Democracia, e foi o que o Presidente fez, ao respeitar o Plano Estratégico realizado em 2014 e ao fazer um reajustamento para 2016-2020. Quanto aos indicadores, o Presidente da FPN fica muito feliz pelo fato de existirem cento e cinquenta indicadores para avaliar. No passado, o Delegado Fernando Xavier, que está presente nesta AG, chegou a criticar o Presidente da FPN, por não existirem indicadores para avaliar o plano de ação, isto antes de 2013, não existia nenhum indicador. Atualmente existem, e isso permite fazer análises comparativas. O indicador permite avaliar a eficácia da aplicação destes objetivos nos respetivos vetores. Quanto à reorganização da FPN, estamos a trabalhar na eficiência do sistema, no sentido de reavaliar os estatutos. Quanto ao facto de estarem a ser utilizados dois cadernos, o Sr. Delegado não tem obrigação de saber, porque foi tratado na última Assembleia Geral, que me foi pedido pelos respetivos delegados, para elaborar este caderno como forma de representar o plano de atividade que foram realizadas em jeito de síntese. O segundo caderno, esse sim, é o que seguirá para o IPDJ. O Delegado Vítor Mavioso retomou a palavra, afirmando que, no caderno 1, não está explícito a criação do Gabinete de Gestão Estratégica. Disse ainda que o PAC também não faz referência aos 12 valores que estão consagrados no PE. No entanto, não lhe tiram a sua capital importância, por representarem as convicções da FPN e nortearem a prática diária dos seus membros. Disse ainda que o PAC também não faz referência aos 12 valores que estão consagrados no PE. No entanto, não lhe tiram a sua capital importância, por representarem as convicções da FPN e nortearem a prática diária dos seus membros. Quanto ao caderno II do PA. Disse concordar com a parte da introdução que diz, "este capítulo é o verdadeiro documento programático da natação portuguesa". Tendo afirmado que no essencial a discussão era sobre o Caderno II do PA, não partilhando da ideia da expressa que este caderno segue fielmente o PE e o PAC. Afirmou ainda não ter conseguido encontrar no desenvolvimento do PA, "a aposta da Direção de dotar a FPN da organização, recursos e instrumentos para preparar o ciclo olímpico. O Delegado Vítor Mavioso relembra os estatutos da FPN, e todas as variantes que isso comporta, nomeadamente os saltos para a água, arriscando-se a afirmar que ao estar ali a falar daquela modalidade, estará a fazer mais pela modalidade do que a FPN, nos próximos 10 anos. O Presidente da Mesa da AG, solicitou a palavra ao Presidente da FPN que se revelou totalmente disponível para esclarecer qualquer questão concreta, mas que no entanto, nesta reflexão do Delegado Vítor Mavioso, isso não se verificou. O Presidente da AG, questionou o Delegado Vítor Mavioso para o facto de a sua intervenção ser bastante reflexiva, e que as assembleias gerais são de facto as locais para colocar questões concretas.

O Delegado Avelino Silva, afirmou que de facto a reflexão é importante, mas se todos forem para as AG com reflexões não é produtora, de tal forma que terão de ser mesmo colocadas questões concretas. O Presidente da AG voltou a perguntar ao Delegado Vítor Mavioso se tem alguma questão em concreto, ao qual disse que tinha, e que fique o registo que não o deixaram falar.

Tomou a palavra o Presidente da FPN, afirmando que nas AG sempre prima pela paciência e reforçou o facto de estar sempre disponível para responder, mas de facto, o Delegado Vítor Mavioso, não colocou nenhuma questão concreta, apenas reflexões e conclusões pessoais. E acha mesmo que aquilo que o Delegado Vítor Mavioso afirma de "não o deixarem falar" é abusiva. No entanto, está disponível para o ouvir. Quanto à reflexão que foi fazendo, dá razão ao Delegado quanto às siglas, que de facto devia ter o significado de cada uma delas. Quanto ao "timing" é de facto em 2017, dado que o plano de ação tem de estar congruente com o plano de atividades e o plano estratégico. Ainda em relação aos saltos para a água, o Presidente da FPN, fez questão de afirmar que o Delegado Vítor Mavioso, estava enganado, a modalidade não está esquecida, a FPN tem é um orçamento para cumprir. A FPN tem de fazer opções, e apesar de estar nos estatutos, não tem meios atuais para dar respostas a esta modalidade com o orçamento disponível. No entanto, existem duas associações não

territoriais, com dois clubes a reportarem à Associação do Algarve, empenhadas nesta modalidade, e possivelmente antes de 2026 (visto que está 10 anos à frente), teremos novidades.-----

De seguida tomou a palavra, o Delegado Avelino Silva, iniciou felicitando os membros da mesa da AG, afirmando que para o mesmo, o plano de atividades tem poucas alterações dado que vai de encontro ao plano de ação e plano estratégico dos anos anteriores. Uma questão que pretende ver esclarecida, é a transferência das responsabilidades dos atletas de alto rendimento. Quais as mais-valias disso? Quanto ao plano estratégico, crê que o grupo de trabalho já não reúne há algum tempo, e seria importante reunir, no início deste ciclo olímpico. Mais duas questões prendem-se com o facto de o Presidente ter afirmado que a Direção da FPN não ter responsabilidade de envolver as Associações. De quem é esse papel? Da Assembleia Geral? Não cabe à FPN? Cabe a quem? Cabe aos Presidentes de cada Associação? Gostaria de perceber a sua opinião e o grau de satisfação do Presidente. Outra questão, é que o plano de ação só está definido até 2017-2018, dado que está pendente, das eleições autárquicas, e eu não concordo, com essa dependência. O Presidente da FPN afirma, que possivelmente exprimiu-se mal, retificando e afirmando, que prefere fazer 2+ 2, ou seja, 2016-2018, 2019-2020. Mas que todos os clubes até julho de 2018 têm de saber o plano de ação. Quanto às Associações, sim, deve ser em AG, porque implica uma possível alteração dos estatutos. Relativamente às transferências das responsabilidades dos atletas de alto rendimento, não foi por acaso que o Vasco de Sousa foi convidado para ser o responsável desta área. Ficou definido uma série de atividades obrigatórias pela FPN, essas, todos os atletas têm de as cumprir, com a transferência das responsabilidades dos atletas de alto rendimento, poderão existir outras, que, com o aval do diretor técnico nacional, podem ser realizadas. Só se aplica aos atletas de alto rendimento.-----

O Presidente da mesa da AG questionou se haviam mais questões. O Delegado Carlos Fernandes questionou sobre o facto de nos últimos 4 anos estar definido em AG, que o plano de atividades estava definido para um ciclo olímpico. Por isso, não concorda com o fato de agora se alterar isso. Colocou também em questão o campeonato a ser realizado na Madeira, dado que acredita ser um peso bastante elevado no orçamento dos clubes.-----

O Presidente da FPN passou a explicar que assume o compromisso de fazer "2+2", 2016-2018, 2019-2020. Ou seja, acredita, vivamente e convictamente, que as atividades têm de ser planeadas de dois em dois anos, e que nada está relacionado com atos eleitorais.-----

Quanto aos campeonatos na Madeira, É minha obrigação, levar a natação a todos os cantos do país. Desde o Norte ao Sul, incluindo as ilhas. Pode copiar alguns exemplos europeus, mas não é disso que se trata (Espanha por exemplo).-----

Pediu a palavra o Delegado Avelino Silva que fez questão de pedir para ficar registado que a FPN é provavelmente a única que cumpre a constituição da república levando as provas de natação a todo o território português. Fica feliz por isso. O Presidente da FPN informou que saiu uma circular em que a ANM (Associação de Natação da Madeira) assegurava todos os *transfers* do aeroporto-hotel- piscina.-----

De seguida, o Presidente da Mesa da AG perguntou se havia mais alguma inscrição, não havendo, procedeu-se à votação do plano de atividades e orçamento para 2017. O Plano de atividades e orçamento foi aprovado por maioria, com 21 votos a favor, uma abstenção e um voto contra.-----

O Presidente da Mesa da AG, avançou para o ponto três da ordem de trabalhos, Outros assuntos, abrindo as inscrições.-----

Pediu a palavra Delegado Fernando Xavier que pediu uma explicação quanto à mudança de seguradora do "Portugal a Nadar". O Presidente da FPN disse que a antiga seguradora queria dobrar o valor da apólice e sendo assim, a FPN decidiu fazer um estudo e optou por outra seguradora, MSN, que garantiu preços mais baixos com as mesmas condições.-----

O Delegado Jan Gin Quon perguntou como está o regulamento quanto ao voluntariado na arbitragem. O Presidente da FPN informou que no seguimento da informação fornecida pelas finanças há duas alternativas quanto ao regime de pagamento. Deve-se acabar com o voluntariado, ou passam recibos verdes ou são incluídos em acordos (até aos 30 anos). Será apresentado uma série de medidas nas comissões regionais de arbitragem no dia 01 de Dezembro.-----

O Delegado Alexis Manaças Santos, colocou a questão quanto ao plano de rendimento, afirmando que já tinha tido a oportunidade de partilhar esta situação com a FPN juntamente

com o seu colega Diogo Carvalho, reunindo com o Diretor Técnico Nacional e com o João Campos, em relação à tabela de prémios, que deixou de existir. Por não concordarem com a medida, pediu um esclarecimento à FPN. Da parte da FPN, nesta reunião, foi-lhe dado a oportunidade de apresentar uma proposta, e que efetivamente já o fizeram, aguardando uma resposta por parte da FPN.-----

O Presidente da FPN, quanto a este assunto afirma que não acabaram com as bolsas, nem com os incentivos e que até houve uma majoração das bolsas. Simplesmente alteraram os incentivos. Das 68 federações de entidade pública, a única que manteve até 2016, a única que paga incentivos/prémios aos atletas é a FPN. Ora temos de racionalizar as suas verbas para a atividade não descuidando o alto rendimento. Desta forma, o Presidente afirma que foi elaborada uma proposta quanto às bolsas e daí surgiu uma contra-proposta, como afirma o Alexis, por parte deste e do Diogo Carvalho que está a ser analisada. A FPN encontra-se disponível para integrar algumas coisas, mas não fugindo o quadro da racionalidade.-----

Os atletas cada vez mais, estão a ser pagos, e bem pagos, pelos clubes, o que aumenta a responsabilidade do atleta, do clube e da FPN. Não surte efeito no Campeonato de Windsor, só em 2017-----

O Delegado Luís Cameira questionou acerca da Lei das transferências, se já está em vigor, se houve alterações?-----

O Presidente da FPN, reforçou que na altura da apresentação, esta lei inicialmente surgiu no polo aquático, elogiou o trabalho de Jorge Cruz, foi extensível às outras modalidades, teve um parecer fundamentado do assessor jurídico Pedro Meireles, e não é a lei de transferências, mas sim, compensação de formação desportiva. Neste momento é documento transitório, antes de surtir efeito, esta em discussão, em análise, é transitório, está em vigor a avaliação, mas não é definitivo. Quando tudo tiver revisto, avaliado, entrará em vigor.-----

O Delegado João Loureiro está preocupado devido à falta de árbitros na Associação de Santarém. São todos jovens, com uma volatilidade muito grande, transição do 12º ano para as faculdades, falta de experiência em dirigir uma prova, e se passarmos a ter o decreto de lei aprovado com a penalização dos recibos verdes, a acrescentar o abandono dos árbitros mais velhos. Afirma, que dos árbitros nacionais, com o novo regime fiscal, estes vão deixar de existir. Solicitou a alteração ao regulamento geral na natação pura, que ainda prevê 8 anos para cadete. Concorda que seja feita a previsão de 2 em 2 anos do plano de atividades, porque por vezes os Presidentes de Junta de Freguesia mudam e muda tudo. -----

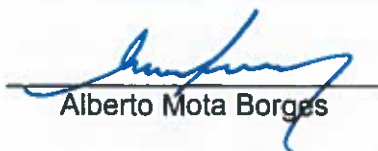
O Presidente da FPN, informou que, no dia 01 de Dezembro 2016, vai haver uma reunião das Comissões Regionais de Arbitragem e acredita que essas questões serão levantadas e têm de ser salvaguardadas.-----

O Presidente, quanto aos regulamentos, acredita que no prazo de um ano, com a ajuda do assessor jurídico, irão ser totalmente revistos e ajustados. Este é um problema que vem de trás e que tem de ser rapidamente resolvido para estarmos todos alinhados.-----

O Presidente da Mesa da AG questionou se haveria mais alguma questão.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa agradeceu a todos a presença e deu por encerrada a Assembleia cerca das dezassete horas. **Dos trabalhos foi efetuada a gravação dos mesmos, que ficará em arquivo no servidor da FPN.** Foi ainda lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e Secretária da Mesa da Assembleia Geral. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Alberto Mota Borges

A Secretária da Mesa da Assembleia Geral



Alexandra Jorge